

## ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA: ALGUMAS REFLEXÕES PRÉVIAS

Por **Vítor Oliveira Jorge**  
Instituto de Arqueologia  
Fac. Letras, Univ. Porto

*Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Borges de Macedo*

A Arqueologia é uma ciência autónoma, ou uma «disciplina auxiliar» da História? A pergunta, parece, continua a ser premente, pois muitas pessoas, nomeadamente alguns historiadores, se interrogados sobre o assunto, não hesitariam em responder pela segunda hipótese.

De acordo com tal visão, a Arqueologia seria um complemento da História, fundamentalmente com dois objectivos:

— estudar os tempos pré-históricos, para os quais não existem documentos escritos, e portanto nos quais a Arqueologia «reina» como senhora absoluta, com todas as restrições que o carácter fragmentário dos testemunhos materiais acarreta;

— «completar» a história que se pode fazer a partir dos documentos escritos, nomeadamente onde estes costumam ser mais omissos, ou seja, em todos os aspectos repetitivos, quotidianos, habituais, da vida, que se transmitiram oralmente e portanto se não passaram a escrito, ou então no que concerne à história local, cujos «pequenos feitos» não foram dignos de figurar nos «anais» que o passado nos legou.

Mau grado a importância que se dê aos «antecedentes pré-históricos» das civilizações, ou às facetas mais «infra-estruturais» ou

regionais do seu modo de funcionamento, não há dúvida de que o arqueólogo estaria sempre, nesta perspectiva, relegado para um segundo plano no seio dos historiadores. Condenado à «pequena história» que se conta a partir dos objectos, dos testemunhos materiais, com dificuldade, e só de modo muito subsidiário, acederia às grandes questões que a história do seu país ou do mundo levanta.

Os próprios arqueólogos parecem com frequência sofrer de um complexo de inferioridade, que os leva a acantonarem-se no seu domínio, nas suas questões descritivas e técnicas, raramente saltando para a ribalta das discussões culturais mais amplas. Parece estarem conformados com o seu minguado papel, apenas exigindo melhores infra-estruturas de trabalho, mais meios (sempre tão parcos em qualquer campo da ciência), sem se perguntarem se a sociedade estará disposta a disponibilizá-los para favorecer um domínio que implicitamente se aceita a si próprio como obscuro, marginal. É evidente que o peso político de um saber se disputa dia a dia, em concorrência com outros saberes, por todos os meios ao seu alcance dentro de uma sociedade democrática. Os saberes são realidades históricas, resultam de compartimentações herdadas, sem nada de necessário ou de «natural», e eternizam-se a maior parte das vezes como tais em resultado dos interesses dos seus detentores. São carreiras, empregos e outras formas de organização da comunidade científica que estão em causa, implantadas no terreno, cada uma com as suas clientelas e com seu maior ou menor impacto social. São «corredores» por onde se pode ascender numa certa hierarquia, com as suas regras próprias. Por isso, se declararmos que a Arqueologia não é, ou não deve ser, um domínio secundário ou marginal, mas uma forma própria de fazer história e de perspectivar a realidade humana, estamos a tomar uma importante posição no jogo político dos saberes, no âmbito das ciências sociais. Estamos a admitir que ela é uma actividade aberta, porosa em relação a outras «disciplinas», e capaz de lhes disputar um papel de relevo no conjunto da cultura contemporânea. É por essa Arqueologia nova que lutamos há um quarto de século, não apenas através de textos teóricos e programáticos, mas pela nossa própria acção concreta, de investigação, de divulgação e de ensino. Com uma certa paixão, pois consideramos que a serenidade do investigador atento à vida não é incompatível com o entusiasmo que nutre pela sua actividade; pelo contrário, esse emocionado interesse pela pesquisa e pela comunicação é o próprio fundamento de um autêntico criador cultural.

Os arqueólogos não precisam de se sentir inferiorizados em relação a colegas de outras ciências. Se a maior parte da sua actividade se caracteriza pela rotina do trabalho persistente, rigoroso, analítico, que é

imprescindível, de modo algum se deve confinar a ela. Em todas as esferas da investigação a rotina constitui a realidade quotidiana. E em todos os campos do saber existem aqueles que apenas acumulam «dados», observações, sem jamais se inquietarem com os próprios fundamentos da sua actividade (isto é, com questões de epistemologia), e esses outros (uma pequena minoria, de facto), que ascendem aos problemas mais amplos, aventurando-se a entrar em diálogo com os mais variados domínios do saber, ultrapassando as barreiras do hábito e da por vezes hermética terminologia de cada disciplina (não raro, espécie de couraça de auto-defesa). Quantos trabalhos de história não são apenas uma compilação de documentos, por vezes mesmo de um só documento, que por estar inédito justifica o próprio trabalho, independentemente da elaboração intelectual deste? Quantos estudos de etnologia (ou etnografia) não são uma pretensamente objectiva descrição de técnicas, materiais, ou outras formas de comportamento observadas, sem questionação prévia de objectivos? Quantas vezes esses trabalhos «analíticos» não aparecem «colados», sobrepostos a considerações banais (relegadas para a introdução ou para as «conclusões»), mostrando bem que o que subjaz à sua elaboração é um fetichismo dos dados ditos «objectivos», como se a própria constituição de um dado, como tal, não fosse já o produto de um tecido teórico prévio! Tal é inegável, mesmo que esse «tecido» seja o do senso comum tranquilamente auto-suficiente...

Em todas as disciplinas há, pois, a rotina diária, indispensável, mas é importante que essa rotina se oriente por programas e projectos que definam as prioridades, as grandes orientações, e à frente dos quais estejam espíritos capazes de entenderem totalidades mais vastas do que as do seu comezinho domínio, quando encarado isoladamente. Uma sociedade em que se faz progressos no domínio da investigação é aquela em que os espíritos mais maleáveis, mais abertos à colaboração e à reciclagem permanente, mais criativos em suma, ocupam de facto os postos de poder, os lugares onde têm alguma liberdade de acção, que envolve a disponibilização de meios e de pessoas, as alavancas da produção do conhecimento novo.

A Arqueologia é, para nós, um saber alternativo ao da história tradicionalmente considerada. É uma forma própria de estudar o mundo material, o mundo da relação do homem com a realidade física que o rodeia e de que ele mesmo faz parte (um ser humano é também um objecto para os outros seres). Esta é, pensamos, a perspectiva que permite superar a posição de secundaridade da Arqueologia, integrando-a como saber de corpo inteiro do domínio das ciências do homem. Porque ela é, incontestavelmente, uma ciência humana (e, a seu modo,

também histórica), muito embora, pelo facto de importar inúmeros métodos das «ciências naturais» e até «exactas», se pareça por vezes com estas, na sua prática corrente. Simplesmente, e esta é que é a distinção de fundo, quando um arqueólogo estuda um objecto, a sua finalidade é perceber a intenção com que, no passado, alguém o concebeu, assumindo portanto que entre esse ser e nós há um mínimo de elementos de continuidade para que um fio de inteligibilidade se estabeleça, para que a sua acção faça sentido. Esse sentido não tem sobretudo a ver com as propriedades físicas do objecto; embora tendo-as em consideração, o que se procura é um sentido humano, o que pressupõe a característica fundamental da nossa sub-espécie, que é a de impregnar a realidade de significações. Fazer Arqueologia é recuperar intenções, conscientes ou não, através de uma leitura do mundo material. É encontrar a dinâmica das acções, individuais ou colectivas, que subjaz à estática das estruturas e objectos tal como chegaram até nós. Tal como a Arquitectura, ou a «sociologia dos objectos» de que falou Baudrillard, a Arqueologia trata de ideias materializadas, no espaço, em estruturas e objectos, funcionais mas também significantes. Nesse sentido a Arqueologia contribui para a semiologia da realidade artefactual que rodeia o homem (ou seja, com que o homem se rodeou) ou, se quisermos, para aquilo que às vezes se designa «teoria da cultura material».

Porém, que significa essa frase feita, acima utilizada, «chegaram até nós»? A realidade material não nos fornece, de mão beijada, um «texto» a duas dimensões, embora residual, cuja leitura se pudesse fazer de forma linear, e que nos permitisse remontar ao passado através do presente. Nem seria de esperar tanta facilidade. A realidade é complexa, decifrá-la um jogo difícil, em que nunca se obtém uma solução definitiva, mas apenas um conjunto de verosimilhanças que formam, ou parecem formar, sistema. Se quisermos, o que se visa é a produção de um discurso, que integra conhecimentos empíricos (os famosos «dados» dos positivistas) e cimentos teóricos, discurso esse que se vai tentar implantar no corpo social como a versão aceitável, em cada momento, do passado colectivo. A cada passo a investigação corrente detecta incoerências, anomalias, contradições, nesse discurso, até que um novo discurso tenta superá-las, integrando-as numa perspectiva eventualmente mais englobante. E dizemos eventualmente, porque em regra o progresso do conhecimento não se dá de forma linear, mas pela justaposição parcial de posições contraditórias e, não raro, concorrentes entre si, até que um novo momento de síntese permita vislumbrar, a um nível de abstracção maior, totalidades mais amplas, um meta-discurso capaz de, momentaneamente, levar a melhor aos restantes. O processo do conhecimento é uma luta constante pelo alcance de abrangências mais

poderosas, e o estudo do passado (ou seja, a História e a Arqueologia) não escapa, naturalmente, a esse desígnio totalizante (às vezes com forte apetência pelo totalitário).

Aludíamos de início à eventualidade de se considerar a Arqueologia como uma «ciência autónoma», mas a realidade é que a imagem que ela dá frequentemente de si própria é, em larga medida, fluida. Desde Gordon Childe que diversas «teorias da Arqueologia» têm sido propostas e a verdade é que nenhuma se conseguiu ainda impor como «paradigma dominante». Enquanto a maioria dos arqueólogos continua, aparentemente de forma tranquila, a colectar os seus «dados», deixando aos «teóricos» os incómodos da polémica, estes últimos vão avançando com posições de pendor mais funcionalista, estruturalista, processual ou pós-processual consoante as suas inclinações, sendo sempre elegante tentar a síntese entre todos, a equidistância do consenso, colocar-se na posição de que «todos têm uma parte da razão, o que é preciso é recolher de cada um as facetas positivas» por forma a compor o seu (dele, arqueólogo consensual) próprio poliedro. Por outro lado, na Europa fala-se hoje já não só de Arqueologia pré-histórica, romana, ou medieval, mas também, por exemplo, de Arqueologia moderna ou contemporânea: quer dizer, ela abrangeu a totalidade do «campo histórico». Ainda, vê-se constantemente o alargamento do âmbito programático da disciplina, ouvindo-se falar de Arqueologia «social», «económica», da paisagem, naval, industrial, etc., etc.!

Somos optimistas, apesar de tudo, no meio desta nebulosa. Trata-se de uma «crise de crescimento» intelectualmente aliciante para quem tem podido segui-la nas últimas duas ou três décadas. Certos colegas, desejosos de «arrumar a casa», diriam que só devemos falar de Arqueologia quando se realizam, ou podem realizar, escavações, que seriam por assim dizer o acto emblemático da disciplina. Nesse caso, o estudo de muitos objectos da sociedade industrial que se conservam à superfície do solo, e que às vezes até se vão buscar à sucata, como máquinas absoletas, por exemplo, não seria Arqueologia... Quanto a nós, não estamos excessivamente interessados na definição de limites arbitrários que demarcassem, no seu interior, o espaço de exercício de rotinas mais ou menos domésticas. Ao contrário, parece-nos que a fluidez da Arqueologia vai fazendo, hoje, a sua força, na medida em que assim, através de um processo complexo, por vezes confuso, ela se vai impregnando progressivamente na realidade cultural. O que importa, cremos, é promover essa osmose entre os domínios tradicionais do saber, ultrapassando a ideia tantas vezes estática de interdisciplinaridade, que envolve normalmente a noção de relação entre ciências cristalizadas. Lá onde houver um debate que nos interesse, seja no seio de historiadores,

antropólogos, sociólogos, filósofos ou outros, aí deveremos comparecer, para afirmar a premência das nossas perspectivas, sem excluirmos de antemão qualquer foro em que a Arqueologia possa afirmar-se. Só assim iremos ganhando o espaço de acção (incluindo, claro, os meios de trabalho) que costumamos reivindicar sem consequências. Importa superar o «discurso da queixa», de quem não se consegue impor mas até se vai, afinal, conformando, para questionar muito objectivamente quais as causas do menor impacto social e cultural da Arqueologia e, desde o interior das instituições, com base num trabalho sério, ir ampliando terreno e consolidando cada degrau para passar ao seguinte. Isto é válido ao nível da Arqueologia universitária ou patrimonial, no âmbito dos museus ou do panorama editorial, em que há que consolidar passo a passo a posição da Arqueologia, até ao dia em que já não será possível marginalizá-la, por ela, simplesmente, estar aí como uma realidade insofismável. Mais: como um produto (um discurso) consumível e como um serviço que se revelaria grotesco (incivilizado) não ter. Claro que ficam em aberto, neste texto, as orientações possíveis desses(s) discurso(s) e as prioridades desse(s) serviço(s)!

Procurámos tão somente libertar a Arqueologia de tutelas herdadas, como vêm fazendo muitos pensadores desde Gordon Childe. A Arqueologia descola essencialmente de um modo de ver a realidade que tem a sua história (a partir do Renascimento, definindo-se melhor desde o séc. XIX), os seus métodos próprios de trabalho, a sua utilidade imediata. Se nenhum saber deve aceitar filiações hierárquicas rígidas (subjacentes à noção de «ciência auxiliar»), é porque assim ele está mais livre para estabelecer o seu feixe de relações transdisciplinares. A Arqueologia será, muitas vezes, ciência auxiliar da História, ou da Antropologia, da Geografia ou até da Biologia humana, etc., mas o reverso também é decerto verdade.

Num mundo em rápida mudança, a plasticidade dos saberes, a sua rápida adaptabilidade a um meio que provoca constantemente desafios inéditos e, como tal, novos reagrupamentos de conceitos, técnicas e métodos para lhes fazer face, é sem dúvida a estratégia mais útil. A Arqueologia e a sua velha companheira, a História, não são decerto excepção a tal realidade.

**Porto, Dezembro de 1990**